

C/c

Exmos. Senhores

Chefe de Gabinete de S. Exa. a M.A.I.

Chefe de Gabinete de S. Exa. o S.E.A.I.

Chefe de Gabinete de S. Exa. a S.E.A.A.I

Exmo.(a) Senhor(a)

Chefe de Gabinete de S. Exa. O Secretário de
Estado da Juventude e do Desporto

Av. 5 de Outubro, 107, 10º

1069-018 Lisboa Lisboa

SUA REFERÊNCIA:

SUA COMUNICAÇÃO DE:

NOSSA REFERÊNCIA:

DATA:

14955/2015/DSATEE/DJEE

07-12-2015

ASSUNTO: **Eleição para o Presidente da República – 24 de janeiro de 2016.**
Voto Antecipado dos Membros que representem oficialmente Seleções Nacionais

Nos termos da al. f), n.º 1, do art.º 70.º-A, do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, podem votar antecipadamente na eleição para o Presidente da República “os membros que representem oficialmente seleções nacionais, organizadas por federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva, e se encontrem deslocados no estrangeiro, em competições desportivas, no dia da realização da eleição”.

Assim, vimos junto de V. Exa. solicitar a divulgação deste modo especial de votação junto dos seus potenciais utilizadores.

De realçar que entre 14 e 19 de janeiro, os eleitores atrás referidos devem apresentar-se na Câmara Municipal do município em cuja área estejam recenseados com vista ao exercício do direito de voto antecipado. Para tanto devem-se fazer acompanhar de: cartão de eleitor, ou na sua falta, certidão ou ficha de eleitor; cartão de cidadão/bilhete de identidade ou outro documento identificativo; documento comprovativo do impedimento emitido pelo superior hierárquico ou entidade patronal, ou ainda outro documento que comprove suficientemente a existência do impedimento.

TÍTULO V
ELEIÇÃO
CAPÍTULO I
SUFRÁGIO
SECÇÃO I
EXERCÍCIO DE DIREITO DE SUFRÁGIO

ARTIGO 70.º ^[77]

(Presencialidade e pessoalidade do voto)

1. O direito de voto é exercido presencialmente, salvo o disposto quanto ao modo de exercício do voto antecipado.^[78]
2. O direito de voto é exercido directamente pelo cidadão eleitor.
3. Não é admitida nenhuma forma de representação ou delegação no exercício do direito de sufrágio, sem prejuízo do disposto no artigo 74.º.

ARTIGO 70.º-A ^[79]

(Voto antecipado)

1. Podem votar antecipadamente:
 - a) Os militares que no dia da realização da eleição estejam impedidos de se deslocar à assembleia de voto por imperativo inadiável de exercício das suas funções;
 - b) Os agentes de forças e serviços que exerçam funções de segurança interna nos termos da lei, bem como os bombeiros e agentes da protecção civil, que se encontrem em situação análoga à prevista na alínea anterior;^[80]
 - c) Os trabalhadores marítimos e aeronáuticos, bem como os ferroviários e os rodoviários de longo curso que, por força da sua actividade profissional, se encontrem presumivelmente embarcados ou deslocados no dia da realização da eleição;

⁷⁷ Redacção dada pela Lei n.º 11/95 e alterado no n.º 1 pela Lei Orgânica n.º 3/2000, de 24 de Agosto.

⁷⁸ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

⁷⁹ Artigo aditado pela Lei n.º 11/95 e alterado pela Lei Orgânica n.º 3/2000, que introduziu os n.ºs 2 e 3 passando estes a 4 e 5. A alínea f) foi aditada pela Lei Orgânica n.º 2/2001, de 25 de Agosto.

⁸⁰ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

- d) Os eleitores que por motivo de doença se encontrem internados ou presumivelmente internados em estabelecimento hospitalar e impossibilitados de se deslocar à assembleia de voto;
- e) Os eleitores que se encontrem presos e não privados de direitos políticos.
- f) Os membros que representem oficialmente selecções nacionais, organizadas por federações desportivas dotadas de estatuto de utilidade pública desportiva, e se encontrem deslocados no estrangeiro, em competições desportivas, no dia da realização da eleição.
- g) Todos os eleitores não abrangidos pelas alíneas anteriores que, por força da representação de qualquer pessoa colectiva dos sectores público, privado ou cooperativo, das organizações representativas dos trabalhadores ou de organizações representativas das actividades económicas, e, ainda, outros eleitores que, por imperativo decorrente das suas funções profissionais, se encontrem impedidos de se deslocar à assembleia de voto no dia da eleição.⁽⁸¹⁾

2. Os eleitores referidos nas alíneas a), b) e g) do número anterior, quando deslocados no estrangeiro entre o 12.º dia anterior ao da eleição e o dia da eleição, podem exercer o direito de voto junto das representações diplomáticas, consulares ou nas delegações externas dos ministérios e instituições públicas portuguesas previamente definidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do artigo 70.º-D.⁽⁸²⁾

3. Podem ainda votar antecipadamente os estudantes de instituições de ensino inscritos em estabelecimentos situados em distrito, região autónoma ou ilha diferentes daqueles por onde se encontram inscritos no recenseamento eleitoral.⁽⁸³⁾

4. Podem ainda votar antecipadamente os seguintes eleitores recenseados no território nacional e deslocados no estrangeiro:

- a) Militares, agentes militarizados e civis integrados em operações de manutenção de paz, cooperação técnico-militar ou equiparadas;
- b) Médicos, enfermeiros e outros cidadãos integrados em missões humanitárias, como tal reconhecidas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros;

⁸¹ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

⁸² Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

⁸³ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

- c) Investigadores e bolseiros em instituições universitárias ou equiparadas, como tal reconhecidas pelo ministério competente;
- d) Estudantes inscritos em instituições de ensino ou que as frequentem ao abrigo de programas de intercâmbio;^[84]
- e) Os eleitores doentes em tratamento no estrangeiro, bem como os seus acompanhantes.^[85]

5. Podem ainda votar antecipadamente os cidadãos eleitores cônjuges ou equiparados, parentes ou afins que vivam com os eleitores mencionados no número anterior.

6. Só são considerados os votos recebidos na sede da junta de freguesia correspondente à assembleia de voto em que o eleitor deveria votar, até ao dia anterior ao da realização da eleição.

7. As candidaturas concorrentes à eleição podem nomear, nos termos gerais, delegados para fiscalizar as operações de voto antecipado, os quais gozam de todas as imunidades e direitos previstos nos artigos 40.º-A e 41.º-A.

ARTIGO 70.º-B

(Modo de exercício do direito de voto antecipado por razões profissionais) ^[86]

1. Os eleitores que se encontrem nas condições previstas nas alíneas a), b), c), f) e g) do n.º 1 do artigo anterior podem dirigir-se ao presidente da câmara do município em cuja área se encontrem recenseados, entre o 10.º e o 5.º dia anteriores ao da eleição, manifestando a sua vontade de exercer antecipadamente o direito de sufrágio.^[87]

2. O eleitor identifica-se pela forma prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 87.º e faz prova do impedimento invocado através de documento assinado pelo seu superior hierárquico, pela entidade patronal ou outro que comprove suficientemente a existência do impedimento ao normal exercício do direito de voto.^[88]

⁸⁴ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

⁸⁵ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

⁸⁶ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

⁸⁷ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

⁸⁸ Redacção dada pela Lei Orgânica n.º 3/2010, de 15 de Dezembro.

3. O presidente da câmara municipal entrega ao eleitor um boletim de voto e dois sobrescritos.

4. Um dos sobrescritos, de cor branca, destina-se a receber o boletim de voto e o outro, de cor azul, a conter o sobrescrito anterior e o documento comprovativo a que se refere o n.º 2.

5. O eleitor preenche o boletim em condições que garantam o segredo de voto, dobra-o em quatro, introduzindo-o no sobrescrito de cor branca, que fecha adequadamente.

6. Em seguida, o sobrescrito de cor branca é introduzido no sobrescrito de cor azul juntamente com o referido documento comprovativo, sendo o sobrescrito azul fechado, lacrado e assinado no verso de forma legível, pelo presidente da câmara municipal e pelo eleitor.

7. O presidente da câmara municipal entrega ao eleitor recibo comprovativo do exercício do direito de voto, de modelo anexo a esta lei, do qual constem o seu nome, residência, número do bilhete de identidade e assembleia de voto a que pertence, bem como o respectivo número de inscrição no recenseamento, sendo o documento assinado pelo presidente da câmara e autenticado com o carimbo ou selo branco do município.

8. O presidente da câmara municipal elabora uma acta das operações efectuadas, nela mencionando expressamente o nome, o número de inscrição e a freguesia onde o eleitor se encontra inscrito, enviando cópia da mesma à assembleia de apuramento distrital respectiva.

9. O presidente da câmara municipal envia, pelo seguro do correio, o sobrescrito azul à mesa da assembleia de voto em que o eleitor deveria exercer o direito de sufrágio, ao cuidado da respectiva junta de freguesia, até ao 4.º dia anterior ao da realização da eleição.

10. A junta de freguesia remete os votos recebidos ao presidente da mesa da assembleia de voto até à hora prevista no artigo 32.º.

11. No caso de realização de segundo sufrágio as operações referidas nos n.ºs 1 a 7 efectuam-se entre o 8.º e o 5.º dia anteriores ao dia da eleição.⁽⁸⁹⁾

89 N.º 3 a 11 aditado pela Lei n.º 11/95, de 22 de Abril.